



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE JUIZ DESEMBARGADOR ANTÓNIO A. RIBEIRO 29-04-2011





Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

«Não existe algo de mais intolerável do que a injustiça.

O discernimento e o respeito do direito constituem a base da vida política e os juízes são os seus primeiros órgãos» (ARISTÓTELES, Tratado da Política).

Uma criança de tenra idade não saberá definir o que é a justiça, mas não deixará de intuir uma concreta injustiça que se lhe faça ou que presencie.

Como nos diz o prémio Nobel de Economia de 1998, AMARTYA SEN (no prefácio da sua mais recente obra, dada à estampa em 2009 – “A Ideia de Justiça”, Almedina, 2010), numa conseguida tentativa de superação da Teoria da Justiça de JOHN RAWLS, de quem foi discípulo, «uma teoria da justiça que possa servir de base a uma



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

racionalidade prática terá de incluir meios para ajuizar de como reduzir a injustiça, em vez de apenas procurar uma caracterização das sociedades perfeitamente justas». Mais do que a preocupação exclusiva com a erecção de “instituições justas” e com um comportamento das pessoas que se conforme inteiramente com as exigências de funcionamento dessas mesmas instituições, importa pôr o foco de atenção nas vidas reais quando se trata de avaliar da existência da justiça.

Haverá pois que «saber se a análise da justiça deverá ficar limitada ao esforço de se conseguir acertar ao identificar as instituições fundamentais e as regras gerais mais apropriadas» ou se «não deveríamos também examinar o que se passa na sociedade, incluindo aí os diferentes tipos de vida que, na realidade, as pessoas conseguem levar perante determinadas regras e instituições (...) Não terá especial serventia saber se a *Mona Lisa* é a pintura mais perfeita do mundo se a escolha possível é entre um Dalí e um Picasso.



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

Quando nos séculos XVIII e XIX as vozes se ergueram em prol da abolição da escravatura, as pessoas não o faziam por terem a ilusão de que isso iria dar origem a um mundo mais justo, mas para demonstrarem que era totalmente injusta uma sociedade com escravos.

Ainda segundo SEN, a justiça não deve ser apenas feita, ela deve parecer estar a ser efectivamente realizada, o que vem dar importância à necessidade de que uma decisão seja *vista* como justa, pois a administração da justiça será mais eficaz se for aparente que os juízes estão a fazer bem o seu trabalho e que o julgamento inspira confiança, o que tornará mais fácil a execução da decisão que vier a ser proferida.

Paralelamente com a desertificação dos valores clássicos de justiça, equidade, lisura, responsabilidade, dever, bondade, rectidão e *gentlemanship*, que caracteriza o nosso tempo neste, ainda assim civilizado, mundo



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

ocidental, assistimos diariamente, *et pour cause*, a algumas injustiças e desmandos que ficam tantas vezes sem castigo.

Na sequência da justamente celebrada Revolução de Abril, como bem observou o Professor António Barreto em artigo no jornal PÚBLICO, que aqui passo a citar, *«criou raízes entre nós a ideia de que qualquer forma de autoridade era fascista. Nem mais, nem menos.*

Um professor na escola exigia silêncio e o cumprimento dos deveres? Fascista!

Um engenheiro dava instruções precisas aos trabalhadores no estaleiro? Fascista!

Um médico determinava procedimentos específicos no bloco operatório? Fascista!

Até os pais que exerciam as suas funções educativas em casa eram tratados de fascistas.

Pode parecer caricatura, mas essas tontices tiveram uma vida longa e inspiraram decisões, legislação e comportamentos públicos.



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

Durante anos, sob a designação de diálogo democrático, a hesitação e o adiamento foram sendo cultivados, enquanto a autoridade ia sendo posta em causa. Na escola, muito especialmente, a autoridade do professor foi quase totalmente destruída».

Efectivamente o relativismo foi-se instalando subrepticamente no nosso quotidiano, mesmo quando estão em causa instituições que não podem exercer as suas funções sem o indeclinável atributo do *jus imperii estadual*, como sejam os tribunais, as autoridades policiais ou as forças de segurança.

A ditadura do relativismo, de braço dado com o discurso do politicamente correcto, que nega a existência de valores absolutos e de direitos objectivos, reduz a vida humana a uma espasmódica procura do prazer e à satisfação egoísta de instintos e *necessidades* subjectivas, contrabandeadas sob a forma dos novos *direitos*. A vontade de poder dos indivíduos e dos grupos



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

torna-se então a única lei da sociedade» (Roberto de Mattei, “A Ditadura do Relativismo”, Civilização, 2008, pág. 11).

Os nossos sistemas processuais, que os Códigos de Processo cristalizam, para além de serem dos mais complexos que se conhecem em toda a Europa continental, são os que têm mais artigos e mais números por artigo, ainda assim sucessivamente alterados, acrescentados ou rectificados por novos e frequentes actos legislativos, circunstância que não propicia a necessária sedimentação doutrinária e jurisprudencial e não contribui, nem pode contribuir, para uma boa administração da Justiça.

Não será talvez razoável falar em excesso de garantismo, como já se tem muitas vezes afirmado, pois que as garantias e os direitos das partes constituem um verdadeiro *aquis* do Estado de Direito Democrático, mas não podemos deixar de nos surpreender, particularmente



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

ao nível do processo penal, com uma espécie de *armadilhismo*, de que são exemplo o quase infindável cardápio de nulidades insupríveis, que fornece aos arguidos, objectivamente, um meio para obter a anulação dos julgamentos e das sentenças proferidas, sem sequer terem discutir as razões substanciais da condenação, o novo regime da alteração substancial dos factos, os reduzidos prazos de prisão preventiva e do inquérito e os complacentes prazos da prescrição do procedimento criminal, que, conjugados, particularmente quando está em causa uma pluralidade criminosa grave, muitos arguidos e processos com dezenas de volumes, tantas vezes levam à impunidade dos infractores, o que em larga medida contribui para a descrença dos cidadãos e das empresas na justiça portuguesa.

Ora o sentimento de impunidade que se vai insinuando leva à desconfiança na justiça, à ideia de insegurança e à convicção de que existe uma justiça a duas velocidades, para o bem e para o mal, quanto mais



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

não seja em virtude das desigualdades qualitativas evidentes ao nível do patrocínio judiciário, o que fomenta desigualdades, corrói os alicerces do estado de direito e compromete a coesão social.

As empresas e os empresários, o que pedem fundamentalmente aos tribunais é que garantam a confiança na área dos negócios, a lisura na elaboração e no cumprimento dos contratos e a sua legítima expectativa dum ressarcimento efectivo quando as aspirações negociais, culposamente, se não consumam, sem as quais a actividade económica não pode prosperar, com o que é posta em crise a sustentabilidade do país.

Já na Grécia Antiga era frequente a discussão sobre a necessidade de reforma da justiça. Entre nós, esse é um tema sempre presente e glosado há mais de 30 anos, por mais estudos, inquéritos, avaliações ou inspecções que se tenham efectuado, ou comissões que se tenham criado.



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

Ora os problemas da justiça são um epifenómeno cujas causas se têm, pelo menos num primeiro momento, de investigar a montante, as mais das vezes nas decisões políticas, ou mais propriamente nas políticas de justiça que têm sido seguidas pelos Órgãos Legislativos e que aos Tribunais ou aos magistrados não cabe escrutinar, nem mesmo influenciar, não obstante recaiam sobre estes, compreensivelmente dado que são os órgãos da justiça, as apreensões do cidadão comum e da *vox populi*, em que se incluem os *Media*, relativamente às disfuncionalidades detectadas.

Dizia PASCAL (citado por JACQUES DERRIDA em "Força de Lei", Campo de Letras, 2003, pág. 20) que «*a justiça sem a força é impotente. A justiça não é justiça, não é cumprida, se não tiver a força de ser enforced. A força sem justiça é tirânica, a justiça sem força é contradita, porque há sempre maus*».



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

MONTAIGNE, tal como ESPINOSA descendente de judeus portugueses forçados a fugir das perseguições de cariz religioso do século XVI em Portugal (também hoje, lamentavelmente, os nossos melhores cérebros vão deixando o país, mas agora por razões que se prendem com a falta de condições de trabalho ou mesmo da ausência de empregabilidade, dizia que *«as leis se mantêm credíveis não por serem justas mas por serem leis (...) Não se lhes obedece por serem justas mas porque têm autoridade»*.

Todavia, não deixa de ser conveniente que as leis propiciem soluções concretamente justas equilibradas e adequadas às realidades que visam regular.

Diz-nos ROB RIEMEN (fundador e director do Instituto Nexus, sediado na Holanda, na sua inspiradora obra *Nobreza de Espírito, Um Ideal Esquecido*, (Bizâncio, Abril de 2011) que no actual estado da arte, *«os meios de comunicação de massas e a economia social-capitalista*



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

proclamam as virtudes do que é novo, veloz e progressista e nos oferecem a liberdade de sermos felizes com as nossas maquinas, de nos sentirmos eternamente jovens de vermos sempre o que é novo como superior e de aceitarmos que as limitações não existem».

Não pode surpreender que nas áreas pré-políticas da família e da escola pública, se negligencie ou até se desvaneça o culto da memória, o interesse pela História, pela Filosofia e pela Cultura.

O conhecimento e o estudo do passado ajudam-nos a compreender melhor o presente e a perspectivar conscientemente o futuro. Pena que os nossos currícula escolares não reflectam esse ensinamento, ou não retirem dele benefícios práticos para a formação, o conhecimento e a nobreza de espírito das novas gerações.

«Numa democracia que não respeita a vida intelectual nem é guiada por ela, a demagogia tem rédea livre e o



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

nível da vida nacional é rebaixado ao do ignorante e do inculto. Mas tal não acontece se o princípio da educação puder dominar e se prevalecerem as tendências para elevar as classes mais baixas a uma apreciação da cultura e à aceitação da liderança dos melhores elementos», escreveu THOMAS MANN, esse enorme vulto da cultura europeia e mundial, em *“A Próxima Vitória da Democracia”*, de 1938.

Uma coisa já sabemos: se as discrepâncias entre os políticos e o povo, por um lado, e a elite intelectual, por outro – *«guardiães da civilização»* como lhes chamou SÓCRATES (o filósofo grego) – são tão grandes que se tornam irreconciliáveis, então o ideal de civilização, qualquer que possa ser, debate-se com grandes dificuldades.

Em plena crise financeira, económica e social, em grande medida induzida pela ganância e voracidade de especuladores sem escrúpulos e pela actuação criminosa



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

de muitos, como salientou o Presidente Obama no seu discurso de posse como Presidente dos Estados Unidos, depois de mais de 50 anos de relativa paz e de sempre crescente prosperidade, para as quais muito contribuíram a instituição da Comunidade Económica Europeia e, mais recentemente, a União Europeia, a civilização e a cultura ocidentais encontram-se numa encruzilhada, pressentindo-se já o renovado rufar dos tambores dos velhos nacionalismos europeus, seja a propósito dos fluxos migratórios e da já sugerida reavaliação do sistema Schengen, seja pela quebra de solidariedade entre os vários Estados da União, designadamente daqueles que mais ganharam – e continuarão a ganhar – com a implementação do *mercado único* e depois da *moeda única*.

Em mais uma edição do World Economic Forum, que como habitualmente se realizou em Davos, na Suíça, em finais do passado mês de Janeiro, como relatou a *The Economist*, individualidades que, para além de serem



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

famosas e influentes, obviamente muito pouco têm em comum, como Hu Jintao (Presidente da China) David Cameron (Primeiro-Ministro Britânico) Warren Buffett (o segundo homem mais rico da América) e Dominique Strauss-Kahn (que preside ao Fundo Monetário Internacional) mostraram-se igualmente preocupados com as consequências decorrentes do crescimento das desigualdades entre os ricos e o resto (*«the rich and the rest»*), realçando que o actual enfoque reside na própria desigualdade dos rendimentos que uns e outros auferem e nas suas supostamente perniciosas consequências, na linha das convicções vertidas num livro que causou agitação na Grã-Bretanha aquando da sua publicação em 2009, intitulado *The Spirit Level*, de que são autores RICHARD WILKINSON e KATE PICKETT. Nele se sugere que os países com maiores disparidades nos rendimentos apresentam piores resultados em todos os indicadores sociais, desde os altos índices de homicídio, às baixas taxas da expectativa de vida.



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

De acordo com aqueles autores e de outros conceituados economistas, numa perspectiva macro-económica, essa disparidade de rendimentos foi uma das raízes da crise financeira, quer pela política de encorajamento dos mais pobres a recorrerem ao crédito, que tão depressa levou ao *boom* de *Wall Street* como redundou no fiasco do *subprime*, num processo com importantes motivações sociológicas e psicológicas e que não é de modo nenhum inédito na História, como bem traduz a inspiradora e até divertida obra de Fernando Trías de Bes “*O Homem que Trocou a Casa por Uma Tulipa*” (Editorial Presença, Lisboa, 2010).

Num país como o nosso, mas nisso não muito diferente de tantos outros, onde as Entidades Reguladoras regulam pouco, alguns agentes do poder político se deixam contaminar por conexões com o poder económico e os negócios, os salários dos gestores públicos roçam a obscenidade quando confrontados com os da grande maioria da população, mais a mais quando



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

as empresas em causa apresentam sistematicamente défices volumosos nas suas contas, seria bom que se valorizasse mais o *factor trabalho*, pois só assim, paralelamente com uma reforma equitativa da política fiscal, que finalmente possa contribuir para o efectivo fomento da natalidade, do empreendedorismo privado, da investigação científica e da conquista de novos mercados, poderemos regressar ao crescimento económico e assim assegurar, a prazo, porventura ainda longo, a boa saúde da nossa economia.

Nós juízes, sujeitos a um rígido regime de exclusividade sem paralelo, assegurando por nós próprios a indispensável e constante actualização dos nossos conhecimentos, a organização dos ficheiros de legislação e jurisprudência, nacional e europeia, que diariamente se avolumam, sujeitos a uma crescente funcionalização que contende com os preceitos constitucionais e que não contribuirá, antes pelo contrário, para o melhor



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

desempenho e credibilidade da Justiça, continuaremos a ser o principal rosto desta, sem qualquer assessoria, sem a colaboração sequer de um chefe de gabinete ou, ao menos, de um funcionário privativo, mas sempre fiéis ao nosso inalienável estatuto de independência, que a Lei Fundamental consagra para garantia dos direitos dos cidadãos e com o alto sentido de responsabilidade que deve ser apanágio daquele que exerce um poder soberano, cujas decisões são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades.

Em todo o caso, como adverte ZIGMUNT BAUMAN em *“A Sociedade Sitiada”* (Edição do Instituto Piaget, 2010, página 72), *«uma sociedade só é justa enquanto não deixar de criticar o nível de justiça já alcançado e procurar mais e melhor justiça»*.

Nesta Relação, onde cheguei em Setembro de 2003, sempre apreciei o excelente ambiente de trabalho,



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

propiciador da criação de fortes laços de amizade e de solidariedade entre todos quantos aqui exercem funções, juízes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais.

Procurarei honrar essa herança e manter-me atento às vossas sugestões, necessidades e solicitações, em prol do bom funcionamento do nosso Tribunal e da Justiça.

Aos Senhores Magistrados do Ministério Público, Professores Universitários, Advogados, Solicitadores e Funcionários Judiciais que nos quiseram honrar com a sua presença, que muito agradeço, nesta cerimónia simples mas simbólica, quero deixar-lhes uma mensagem de grande apreço e admiração, sabendo que, pelo menos para os que aqui compareceram hoje, não são necessárias exortações tendo em vista a construção dum espírito novo entre as profissões jurídicas, alicerçado na dignidade, na compreensão mútua, na civilidade, na lealdade e, principalmente, na NOBREZA DE ESPÍRITO.



Tribunal da Relação de Guimarães

Largo João Franco, 248 – 4810-269 Guimarães

Telefone: 253 439 900 Fax: 253 439 999 Mail: guimaraes.tr@tribunais.org.pt

Termino com os versos de Miguel Torga:

ÍCARO

O sol dos sonhos derreteu-lhe as asas
E caiu lá do céu onde voava
Ao rés-do-chão da vida.
A um mar sem ondas onde navegava
A paz rasteira nunca desmentida...

Mas ainda dorida
No seio sedativo da planura
A alma já lhe pede, impenitente,
A graça urgente
De uma nova aventura.

Tribunal da Relação de Guimarães,
29 de Abril de 2011
António Alberto R. Ribeiro